

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.191 - PR (2019/0301445-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : HELENA DA LUZ FERRAS
RECORRENTE : IZABEL LOPES FIUZA
RECORRENTE : JOAO VICTO
RECORRENTE : JOICE OLIVEIRA RIBEIRO DE SOUZA
RECORRENTE : LAZARA BENTA DE OLIVEIRA
RECORRENTE : PAULO ROBERTO ZEQUINI
RECORRENTE : SONIA DOS SANTOS TURINI
RECORRENTE : TEREZINHA JOSE NOVAIS
RECORRENTE : ULICE ALVES DE ABREU
RECORRENTE : ABEGAIL FREITAS CASARINE
RECORRENTE : WAGNER ROBERTO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
MARIO MARCONDES NASCIMENTO - SC007701
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
FERNANDO ANZOLA PIVARO - PR044250
MAGNO JULIO DE OLIVEIRA BATISTA - PR064816
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
MARCOS JOSÉ GREGORY ZIMMERMANN - RS080729
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO - PR044759
PAULO ANTONIO MULLER - PR067090

DECISÃO

Preliminarmente, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário 827.996/PR (Tema n. 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, em face do possível juízo de retratação pela instância de origem.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte Superior, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, de acordo com o disposto nos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015: 1) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do STF, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 2) caso o acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido contrarie a orientação do STF, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 3) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator